

Gláucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre **Inclusão 2**



Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6371928051	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
DOI 10.22533/at.ed.6371928052	
CAPÍTULO 3	23
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928053	
CAPÍTULO 4	31
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
DOI 10.22533/at.ed.6371928054	
CAPÍTULO 5	37
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6371928055	
CAPÍTULO 6	52
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6371928056	

CAPÍTULO 7	64
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928057	
CAPÍTULO 8	76
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.6371928058	
CAPÍTULO 9	84
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6371928059	
CAPÍTULO 10	94
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.63719280510	
CAPÍTULO 11	105
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.63719280511	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.63719280512	

CAPÍTULO 13	122
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva	
Samilly dos Santos Bernardo Luis	
Joel Nunes De Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Nadjeana Ramalho da Silva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Elenith Jussier de Lima Silva	
Ivanildo Severino da Silva	
Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.63719280513	
CAPÍTULO 14	134
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf	
José Guillermo Reyes Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.63719280514	
CAPÍTULO 15	142
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza	
Fernando Rodrigues Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280515	
CAPÍTULO 16	152
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280516	
CAPÍTULO 17	163
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda	
Eliza Ribas Gracino	
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63719280517	
CAPÍTULO 18	178
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida	
Daniel González González	
DOI 10.22533/at.ed.63719280518	

CAPÍTULO 19	187
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva Allan Kardec Alves da Mota Karla Janaina Barbalho Maciel Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280519	
CAPÍTULO 20	199
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280520	
CAPÍTULO 21	210
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280521	
CAPÍTULO 22	215
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana Elidiane Lemos do Nascimento Michele Santana de Oliveira Elisnando Correia Ferreira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280522	
CAPÍTULO 23	226
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio Stenio de Brito Fernandes Geraldo Mendes Florio Magnólia Maria Oliveira Costa Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280523	
CAPÍTULO 24	236
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida Judith Perez Ferreira Pedro Humberto Faria Campos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280524	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	248

ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS

Ana Cristina Silva Soares

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Curso Pedagogia

Sobral – Ceará

RESUMO: A inclusão de alunos com deficiência visual no ensino superior é um direito e, estudos têm demonstrado como as universidades precisam se organizar para lhes oferecer condições acessíveis, tanto no ingresso quanto na formação. O objetivo principal deste trabalho é analisar os significados e evidências das experiências de alunos referentes à história da deficiência visual e recursos didáticos e/ou pedagógicos utilizados no ensino superior. O aporte teórico compõe discussões sobre política educacional de inclusão de alunos com deficiência, educação inclusiva, práticas que eliminam barreiras de comunicação no ensino superior, conceito de deficiência visual, recursos didáticos disponíveis para pessoas cegas: Brasil, 2008; Booth; Ainscow, 2002; Siqueira; Santana, 2010; Castanho; Freitas, 2005; Rodrigues, 2004; Rocha; Miranda, 2009; Ferrari; Sekkel, 2007 entre outros. A metodologia consiste em uma pesquisa cunho etnográfico, sobretudo porque faz uso de técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, como observação participante, entrevista semiestruturada e análise de

documentos. Os resultados evidenciam que a partir da compreensão da educação inclusiva como o oferecimento de um sistema regular de ensino, uma educação de qualidade para TODOS, em equidade de condições e possibilidades educacionais no ensino superior. Concluímos que é preciso compreender que as singularidades e diversidades das histórias dos alunos com deficiência visual da UFC caracterizam as suas condições visuais e necessidades educacionais, os usos e/ou não usos de recursos especializados, nas suas experiências acadêmicas na UFC podem certamente determinar ações e condutas a serem adotadas pela instituição de forma a favorecer a inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Educação Inclusiva. Deficiência Visual. Etnografia.

ABSTRACT: The students' inclusion with visual deficiency in the higher education is a right and, studies have been demonstrating as the universities need to organize to offer them accessible conditions, in the entrance and in the formation. The main objective of this work is to analyze the meanings and evidences of the students' experiences regarding the history of the visual deficiency and resources didactic and/or pedagogic used in the higher education. The theoretical contribution

composes discussions on it politicizes education of students' inclusion with deficiency, inclusive education, practices that you/they eliminate communication barriers in the higher education, concept of visual deficiency, available didactic resources for blind people: Brazil, 2008; Booth; Ainscow, 2002; Siqueira; Santana, 2010; Brown; Freitas, 2005; Rodrigues, 2004; Rocha; Miranda, 2009; Ferrari; Sekkel, 2007 among others. The methodology consists of a research coin etnográfico, above all because he/she makes use of techniques that traditionally are associated to the ethnography, as participant observation, glimpsed semiestruturada and analysis of documents. The results evidence that starting from the understanding of the inclusive education as the offer of a regular system of teaching, a quality education for ALL, in justness of conditions and education possibilities in the higher education. We concluded that is necessary to understand that the singularities and diversities of the students' histories with visual deficiency of UFC characterize their visual conditions and education needs, the uses and/or no uses of specialized resources, in their academic experiences in UFC certainly can determine actions and conducts to be adopted by the form institution to favor the inclusion.

KEYWORDS: Higher Education. Inclusive education. Visual deficiency. Ethnography.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como elemento central a educação inclusiva no âmbito do ensino superior significada a partir dos significados e evidências da experiência de alunos com deficiência visual. Para isso, procedeu-se a um recorte da tese de doutoramento intitulada por “inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará (UFC): ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores” (SOARES, 2011). O objetivo principal deste trabalho é analisar experiências de alunos referentes à história da deficiência visual e recursos didáticos e/ou pedagógicos utilizados no ensino superior.

O aporte teórico compõe discussões sobre política educacional de inclusão de alunos com deficiência, educação inclusiva, práticas que eliminam barreiras de comunicação no ensino superior, conceito de deficiência visual, recursos didáticos disponíveis para pessoas cegas: Brasil, 2008; Booth; Ainscow, 2002; Siqueira; Santana, 2010; Castanho; Freitas, 2005; Rodrigues, 2004; Rocha; Miranda, 2009; Ferrari; Sekkel, 2007 entre outros. Para uma melhor compreensão a educação inclusiva é oferecer um sistema regular de ensino, uma educação de qualidade para TODOS, em equidade de condições e possibilidades educacionais. Assim, refletir que para além, de ser uma questão de direito, a inclusão é uma necessidade dos sistemas educacionais.

Em 2008, o Governo Federal assume um papel relevante com a divulgação da proposta da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, defendendo a inclusão como uma ação política, social, pedagógica e cultural. Neste campo, surge a cobrança pela inclusão de alunos com deficiência em sistemas

de ensino e em todos os níveis de escolarização. Tal proposta determina a garantia do direito de todos os alunos compartilharem do mesmo sistema de ensino, sem nenhuma forma de discriminação, e assumindo “a concepção dos direitos humanos articulados à igualdade e à diferença como um valor indissociável” (BRASIL, 2008).

As determinações dessa Política orientam os sistemas de ensino no sentido de se garantir o acesso à escola comum, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de escolaridade. Trata da transversalidade da modalidade da educação especial desde a educação infantil até à educação superior. A política possui ações oferecidas pela Educação Especial, tais como: oferta e instituição do Atendimento Educacional Especializado (AEE); formação de professores e demais profissionais da educação para o AEE; estímulo à participação da família e da comunidade na escola; ações de acessibilidade arquitetônica; acesso a escola com apoio de programa de transporte, acessibilidade de mobiliários, comunicações e informação; além da articulação intersetorial para a implementação de políticas públicas (BRASIL, 2008).

Para operacionalização da política de inclusão na Educação Básica, o MEC regulamenta a forma de atendimento do AEE pelo Decreto de nº 6.571/2008 e a Resolução de nº 4/2009 que institui as diretrizes operacionais para o AEE na modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009), os quais visam assegurar as condições para a continuidade dos estudos em todos os níveis de ensino para os alunos com deficiência, assim garantindo a inclusão de todos.

No ensino superior, o aluno com deficiência visual tem uma demanda de disciplinas que são cursadas a cada semestre, e também vivencia atividades complementares: pesquisa bibliográfica, aula de campo, aula teórica, prática de laboratório, atividade de extensão, leituras, provas, trabalho em grupo e individual. Essas demandas sejam nas disciplinas ou nas atividades complementares devem ser propostas pelas IES, com o objetivo de se garantir ao aluno com deficiência visual um suporte que lhe assegure de fato sua permanência e minimize as desigualdades que possam existir no ensino superior.

Para Booth e Ainscow (2002) a educação inclusiva necessita de mudanças em três dimensões: cultural, política e prática. Para os autores, a dimensão cultural refere-se ao estabelecimento de uma cultura baseada em princípios e valores inclusivos, ou seja, uma cultura inclusiva. A dimensão política trata da escola para todos, organizando o apoio à diversidade – isso quer dizer que a inclusão precisa ser considerada em todos os planos da escola, bem como nas atividades, estratégias e outras formas de apoio com os princípios inclusivos. A dimensão prática tem foco na organização do processo de aprendizagem, através da mobilização de recursos pedagógicos e didáticos. Essa lógica também pode ser aplicada ao ensino superior.

No ensino superior, os trabalhos de Siqueira e Santana (2010), Castanho e Freitas (2005) e Rodrigues (2004) têm mostrado algumas práticas que auxiliam na eliminação de barreiras de comunicação e de informação, abordando as práticas educacionais tanto no ingresso e na permanência na universidade, quanto no trabalho

de formação dos professores em serviço; além disso, evidenciam também o foco para os aspectos que dizem respeito aos alunos e suas relações cotidianas no ambiente universitário. Outras pesquisas, como de Rocha e Miranda (2009) e Ferrari e Sekkel (2007) verificaram as condições das políticas de educação inclusiva implementadas em IES e das condições de ingresso e permanência no ensino superior.

Portanto, neste artigo contém procedimentos metodológicos, os quais consistem em pesquisa cunho etnográfico, que faz uso de técnicas como observação participante, entrevista semiestruturada e análise de documentos.

2 | DEFICIÊNCIA VISUAL E OS RECURSOS DIDÁTICOS

Os recursos para as pessoas com deficiência visual são específicos no que se refere à baixa visão e cegos, razão pela qual iremos apresentá-los separadamente nas seções abaixo. A pessoa com baixa visão que tem problema de visão por causa de doença congênita, adquirida ou hereditária, muitas vezes conseguem enxergar muito menos que as outras pessoas, cuja visão não melhora com o uso de óculos comuns (MIN; SAMPAIO; HADDAD, 2001).

Bruno e Mota (2001) a pessoa com baixa visão apresenta condição de indicar projeção de luz até o grau, em que a redução da acuidade visual pode interferir ou limitar seu desempenho. Neste caso, o processo educacional se desenvolve, principalmente, por meios visuais, com a utilização de recursos específicos.

Nesse contexto descritivo dos recursos didáticos consideramos as ajudas técnicas e a tecnologia assistiva. São duas áreas que auxiliam na promoção da vida independente e inclusão de alunos com deficiência em sistemas de ensino e no campo social. As ajudas técnicas envolvem produtos, instrumentos, equipamento ou tecnologias adaptadas ou especialmente projetadas para melhorar a funcionalidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total e assistida (BERSCH; PELOSI, 2007; BRASIL, 2004). A tecnologia assistiva é uma forma recurso ou procedimento utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência (BERSCH; PELOSI, 2007).

Os recursos didáticos para pessoas cegas servem de mediadores no processo de aprendizagem e para as pessoas com baixa visão esses recursos ajudam a melhorar o seu desempenho visual. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2001), a deficiência visual inclui a cegueira e a baixa visão ou visão subnormal. A cegueira é definida como a acuidade visual menor do que 3/60, com a melhor correção ótica possível, ou campo visual menor que 10 graus, no melhor olho. A baixa visão corresponde à acuidade visual que se apresenta em um intervalo menor que 6/18 e igual ou maior do que 3/60, ou campo visual menor que 20 graus, no melhor olho e com a melhor correção.

O International Council of Ophthalmology, realizado em Sidney, Austrália, em 2002, considerou que não há clareza sobre o uso adequado da deficiência visual, e por isso tem causado uma série de confusões nos relatórios da área oftalmológica. Recomendou o uso das seguintes algumas terminologias:

Cegueira - para ser usado apenas para a perda da visão total e para as condições em que os indivíduos têm que confiar predominantemente nas habilidades de substituição da visão.

Baixa Visão - a ser utilizado para graus menores de perda de visão, aonde as pessoas podem ser ajudadas de forma significativa pela auxiliares de melhoria da visão e dispositivos.

Deficiência Visual - para ser usado quando a condição de perda de visão é caracterizada por uma perda de visual e das funções, como acuidade visual, campo visual, etc, e ao nível do órgão. Muitas dessas funções podem ser medidas quantitativamente.

Visão funcional - para ser usada para descrever uma pessoa a capacidade de usar a visão em Atividades da Vida Diária (AVD). Atualmente, muitas dessas atividades podem ser descritas apenas qualitativamente.

Perda de visão - para ser usado como um termo geral, incluindo tanto a perda total (Cegueira) e perda parcial (Baixa Visão), caracterizadas com base na deficiência visual ou por uma perda de visão funcional (INTERNATIONAL COUNCIL OF OPHTHALMOLOGY, 2002, tradução nossa).

Observa-se que a definição do Conselho Internacional de Oftalmologia para a cegueira enfatiza o uso dos demais sentidos pela pessoa, como fazem Ochaita e Espinosa (2004) que observam que a ausência, total ou parcial, do sentido da visão faz com que as pessoas com deficiência visual utilizem os demais sistemas sensoriais para lidar com o mundo a sua volta. Para a pessoa cega, por exemplo, o tato e a audição são importantes substitutos da visão.

Bruno e Mota (2001) enfatizam as características e o processo de educativo de pessoas com baixa visão e cegas. Segundo essas autoras, as pessoas com baixa visão apresentam condições de indicar projeção de luz até o grau máximo, em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desempenho. O processo educativo se desenvolverá, principalmente, por meios visuais, com a utilização de recursos específicos. Para as pessoas cegas, que apresentam ausência total de visão até a perda da projeção de luz, destacam que o processo de aprendizagem se fará através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar), utilizando o Sistema Braille, como principal meio de comunicação escrita (BRUNO; MOTA, 2001).

Os recursos disponíveis para pessoas com deficiência visual envolvem equipamentos, instrumentos, sistemas de leitura e escrita e tecnologias assistivas com características táteis e auditivas; e recursos para adequação do ambiente. Geralmente esses recursos facilitam o acesso à informação, sendo indispensáveis para pessoas com baixa visão e cegas, e podem ser utilizados tanto na educação básica quanto no ensino superior. No ensino superior é muito importante que uma IES possa disponibilizar tais recursos, por isso, também no nosso estudo temos como propósito descrever o

que a UFC dispõe de recursos didáticos para os alunos com deficiência visual.

O Sistema Braille – é um sistema de escrita e leitura, em relevo, constituído por 63 (sessenta e três) símbolos, formados por pontos e duas colunas, ou seja, uma matriz de 3 X 2. Possibilita a combinação de símbolos diferentes empregados em: textos, matemática, música, símbolos científicos, números, pontuação, acentuação e na informática (BRUNO; MOTA, 2001; SILVA, 2008). Esse sistema é adaptado para todas as línguas. O braile pode ser escrito por meio de uma reglete e um punção, ou de máquina de datilografia adequada para esse tipo de escrita. A reglete é uma placa de metal dobrável, encaixada em uma tábua de madeira de aproximadamente de 30 X 20 cm, onde é preso o papel. O punção é um instrumento que pode ter cabo anatômico ou de madeira com uma ponta de metal.

Para se entender melhor sobre a utilização dos recursos citados acima, Bruno e Mota (2001, p. 42), fornecem o seguinte exemplo: o aparelho de escrita usado por Louis Braille consistia de uma prancha, uma régua com duas linhas, com janelas correspondentes às celas Braille, que se encaixam pelas extremidades laterais na prancha e o punção. O papel era introduzido entre a prancha e a régua, o que permitia à pessoa cega, pressionando o papel com o punção, escrever os pontos em relevo. Hoje as regletes, uma variação desse aparelho de escrita de Louis Braille, são ainda muito usadas pelas pessoas cegas. Todas as regletes modernas quer sejam modelos de mesa ou de bolso, consistem essencialmente de duas placas de metal ou plástico, fixas de um lado com dobradiças, de modo a permitir a introdução do papel.

Os leitores cegos costumam ler, preferencialmente, com a ponta do dedo indicador de uma das mãos, mas algumas pessoas utilizam o dedo médio ou anular, ao invés do indicador. Segundo Sonza (2004) os leitores mais experientes utilizam o dedo indicador da mão direita, com uma leve pressão sobre os dedos em relevo, o que lhes permite uma ótima percepção, identificação e discriminação dos símbolos braile.

3 | METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma pesquisa cunho etnográfico, sobretudo porque faz uso de técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, como observação participante, entrevista semiestruturada e análise de documentos. Para tanto, os discursos de alunos com deficiência visual da UFC foram organizados, descritos, analisados e interpretados a partir de temas selecionados, observados nos discursos desses sujeitos.

A etnografia na educação é identificada em duas características importantes: a primeira, com ênfase no processo, naquilo que está ocorrendo, e não no produto ou nos resultados finais; e a segunda, preocupa-se com o significado, com a maneira própria com que os sujeitos veem a si mesmos, as suas experiências e o mundo que os cercam (ANDRÉ, 1995).

Para o procedimento de análise dos dados, seguimos a proposta de Laurence Bardin (2009), a análise de conteúdo, em que trabalha os dados, através da interpretação dos discursos dos sujeitos e da possibilidade da busca do sentido, seja explícito ou latente. Esta técnica permite que tiremos partido do tratamento das mensagens contidos nos discursos e da manipulação do teor da mensagem para deduzir de maneira lógica sobre o conhecimento emitido na mensagem ou sobre o seu meio.

A escolha deste procedimento de análise aliou-se à abordagem qualitativa, revelando as representações sociais a partir de um exame de seus elementos constitutivos, além de apreender o significado contido na mensagem emitida pelo sujeito da pesquisa, chegando ao conteúdo latente (BARDIN, 2009). A coleta de dados envolveu três técnicas: entrevistas semiestruturadas, observação participante com anotações em diário de campo e análise de documentos. Esses dados foram analisados a partir de categorias que emergiram no decorrer da análise.

Deste modo, a análise se constituiu a partir de desmembramentos dos textos das transcrições, de anotações descritas nas observações e os documentos oficiais funcionaram como “suporte”. Para a nossa análise dos dados percorremos quatro etapas: (1) organização de todos os dados coletados; (2) identificação dos temas referente aos relatos; (3) criação das categorias de análise e (4) interpretação dos dados empíricos. Portanto, neste trabalho foram constituídas as seguintes temáticas: histórias sobre a deficiência visual e história na Universidade e os recursos didáticos ou pedagógicos utilizados que possam favorecer a educação inclusiva.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a partir da compreensão da educação inclusiva como o oferecimento de um sistema regular de ensino, uma educação de qualidade para TODOS, em equidade de condições e possibilidades educacionais no ensino superior. Para além, de ser uma questão de direito, a inclusão é uma necessidade dos sistemas educacionais. Assim, considera-se a etnografia na educação, como em qualquer outro campo de pesquisa, não é uma simples descrição do ambiente em seu cotidiano, pois é uma descrição que se articula com um trabalho teórico (ANDRÉ, 1995; ROCKWELL, 1986; ZIBETTI, 2005). Desse modo, as questões elaboradas nesta pesquisa promoveram discussões teóricas na perspectiva do entendimento de alunos com deficiência visual na UFC e experiências vividas em cursos de Psicologia, Pedagogia, Letras-Espanhol e Farmácia, respectivamente, cujas temáticas são: histórias sobre a deficiência visual e história na Universidade e os recursos didáticos ou pedagógicos utilizados que possam favorecer a educação inclusiva.

Evidenciando a deficiência visual

(ALICE, PSICOLOGIA) Nasceu com problemas de visão. Com poucos meses de

vida teve o primeiro diagnóstico oftalmológico: catarata congênita. Na adolescência, o segundo: glaucoma. Foi operada seis vezes, sendo três cirurgias de catarata e três de glaucoma. A primeira cirurgia foi realizada antes de um ano de idade e com menos de dois anos já usava óculos. Aos doze anos recebeu mais uma indicação médica de cirurgia de catarata, problema que lhe causou uma perda visual mais acentuada. Durante a sua trajetória na UFC viveu uma grande perda de visão, a qual representou a transição da baixa visão para a cegueira. Começou a usar a bengala, o Dosvox e o braile. Nas aulas observadas fazia uso do braile como treino para se aprofundar na técnica nos semestres seguintes.

(ARTUR, PEDAGOGIA) Aos quatro anos de idade, a mãe percebeu que Artur era uma “criança com deficiência visual” e o levou ao oftalmologista. Passou doze anos de sua vida fazendo tratamento oftalmológico, na cidade de Sobral que, segundo o aluno, tinha melhor estrutura que a de Reriutaba, sendo a mais próxima da sua residência.

Não faz uso de bengala, não aprendeu braile, embora tenha tentado aprendê-lo, no entanto não buscou conhecimento de orientação e mobilidade para pessoas cegas. Artur fez a opção pelo uso dos recursos das tecnologias digitais como o sistema Dosvox e leitores de tela como NVDA e Orca para as atividades de leitura e escrita.

(LORENA, LETRAS) Aos três meses após seu nascimento foi confirmado o diagnóstico de retinoblastoma, primeiro em um olho, e depois, quando fez um ano, no outro olho. O tratamento exigiu duas cirurgias para retirada dos dois globos oculares e colocação de próteses.

Ainda bebê, iniciou o processo de estimulação precoce no Instituto Hélio Góes. Frequentou o ensino fundamental I em escola especial, Instituto dos Cegos. Teve acesso à leitura e escrita pelo sistema Braille, apoio de professor itinerante e fez curso de técnicas de orientação e mobilidade, para aprender a se deslocar dentro e fora de casa e AVD. Aos 12 anos, teve acesso ao computador do Instituto, aprendendo a usar o sistema Dosvox. O ensino fundamental II e o ensino médio foram realizados em escola particular de ensino regular.

(JOAQUIM, FARMÁCIA) Seus pais concluíram o ensino superior. Seu pai é advogado e atua na área jurídica, sua mãe é pedagoga na rede municipal de ensino de Fortaleza. Dois de seus irmãos são médicos. De quatro filhos, é o mais novo, sendo solteiro.

Compreendem-se nos dados acima que a pessoa cega possui características específicas, das quais são próprias da cegueira, e conforme Amaral (1998) não se pode pensar somente na diferença como uma patologia, mas sim como expressão da diversidade da natureza e da condição humana, porém, a deficiência existe. As considerações acima, extraídas a partir das histórias dos alunos cegos, são de extrema relevância para a análise da inclusão desses alunos na UFC.

Evidenciando a universidade e os recursos didáticos e/ou pedagógicos

(ALICE, PSICOLOGIA) Seu ingresso na UFC foi através do concurso vestibular.

Sua aprovação foi para 2005.1, mas iniciou o curso somente no semestre seguinte, porque precisou de tempo para se organizar e providenciar sua mudança do interior para capital. Essa foi sua primeira experiência longe de casa. Para se deslocar pela UFC, contava com a ajuda de uma acompanhante e de colegas, e eventualmente, fazia uso da bengala. Na sala de aula, fazia anotações sobre os conteúdos letivos no caderno, às vezes gravando-os. Alice foi monitora da disciplina Psicologia Ambiental, em 2007, participando de pesquisa através do Locus. Para realizar suas atividades de monitoria e pesquisa instalou o sistema Dosvox em uma das máquinas do laboratório. Digitaliza os textos solicitados em sala de aula em casa ou nos Projetos de extensão que a universidade oferece.

(LORENA, LETRAS) Faz uso da bengala, mas explica que na universidade, não é possível usá-la porque as calçadas são desiguais. Para ler e escrever faz uso do braille, e com a mesma finalidade, utiliza os recursos digitais através do sistema Dosvox, do leitor de tela do software Jaws (Job Access With Speech). Antes de ser aluna da UFC, cursava Recursos Humanos em uma instituição particular de ensino superior de Fortaleza. Gostaria de ter cursado Direito, mas achou o processo seletivo muito difícil.

(ARTUR, PEDAGOGIA) Na sala de aula não faz anotações e nem gravações das aulas. Conta com ajuda dos colegas de turma para lhe enviar qualquer informação acerca da aula. Foi instrutor de Dosvox e bolsista de extensão no Projeto Acessibilidade, que é vinculado ao Departamento de Fundamentos da Educação, na Faculdade de Educação da UFC. Em casa faz uso dos leitores de tela, bem como a pesquisa na internet. Digitaliza os textos solicitados em sala de aula em casa ou nos Projetos de extensão e de pesquisa, que participa na universidade.

(JOAQUIM, FARMÁCIA) Seu ingresso na UFC foi através do concurso vestibular, que tentou por duas vezes para o curso de Farmácia. Sabia que queria fazer algum curso na área de saúde, principalmente, medicina. Tem conhecimento da importância da bengala para uma pessoa cega, porém, não a utiliza por poder ainda se locomover sem ajuda. Nunca teve contato com qualquer outro tipo de recurso tátil ou informatizado para pessoa cega, como os sistemas Braille e Dosvox. Em relação às pessoas com deficiência, disse que nunca fizera contato com alguém que tenha, ou mesmo, visitou uma instituição especializada. Em sala de aula, eventualmente, faz anotações. As aulas são acompanhadas através de leituras realizadas em casa.

Essas evidências empíricas observadas nas descrições acima caracterizam que quando se tem pessoas cegas e/ou com baixa visão em sala de aula, no ensino superior, no processo educacional delas é necessário que se considere os aspectos relacionados à sua história de vida à função visual e às necessidades específicas decorrentes da baixa visão ou cegueira e suas diferenças. Tais aspectos são: o período em que o aluno perdeu a visão; a causa; as implicações decorrentes da deficiência visual; as características; o funcionamento dos próprios sentidos de cada sentido; e os recursos didáticos utilizados.

Segundo Ochaíta e Espinosa (2004), os profissionais que trabalham com alunos com deficiência visual precisam conhecer suas características mais importantes, relacionadas ao desenvolvimento e ao processo de aprendizagem. Isto porque, conforme cita as autoras, “quando o educador está diante de uma criança com deficiência visual, tem que adaptar seus conhecimentos e sua ação educacional às características particulares desta pessoa” (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004, p.162).

5 | CONCLUSÕES

Diante do exposto, pode-se constatar que este estudo alcançou objetivo principal propôs que foi analisar experiências de alunos referentes à história da deficiência visual, recursos didáticos e/ou pedagógicos no ensino superior. Trazer a discussão sobre a interação entre aluno com deficiência visual e recursos didático-pedagógicos no ensino superior, assim observamos a participação, responsabilidade e compromisso desse aluno com a universidade.

É preciso deixar claro que as singularidades e diversidades das histórias dos alunos com deficiência visual da UFC caracterizam as suas condições visuais e necessidades educacionais, os usos e/ou não usos de recursos especializados, nas suas experiências acadêmicas na UFC podem certamente determinar ações e condutas a serem adotadas pela instituição de forma a favorecer a inclusão.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index on inclusive**: developing learning and participation in schools.

Bristol: Center For Studies on Inclusive (CSIE), 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 2009.

BRITO. P.R.; VEITZMAN. S. **Causas de cegueira e baixa visão em crianças**. Arquivos Brasileiros de Oftalmologia, São Paulo, v. 63, n. 1, p. 49-54, fev. 2000.

BRUNO, M.M.G.; MOTA, M.G. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**: deficiência visual. Brasília: Ministério da Educação, 2001. 2 v.

CASTANHO, D.M.; FREITAS, S.N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 85-92, 2005. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01.htm>> Acesso em: 20 jul. 2007.

FERRARI, M.A.L.D.; SEKKEL, M.C. Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 636-647, 2007.

FORTES FILHO. J.B. Retinopatia da prematuridade. **Arq. Bras. Oftalmol.**, São Paulo, n. 64, p.246-258, 2006.

GASPARETTO, M.E.R.F. **Visão subnormal em escolas públicas**: conhecimento, opinião e conduta dos professores e diretores do ensino funcional. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIL, M. **Deficiência visual**. Brasília: MEC, 2001.

MARTIN; R.; GASPAR, J.M.; GONZÁLEZ, J.P.S. O material na didática do deficiente visual. *In*:

MARTIN, M. B.; BUENO, S.T. **Deficiência visual**: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003. p. 205-215.

MAZZONI, A. A. **Deficiência x participação**: um desafio para as universidades. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em:<<http://teses.eps.ufsc.br>>. Acesso em: maio 2006.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OCHAITA, E.; ESPINOSA, M.A. Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais. *In*: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 3.

OLIVEIRA, S.L.; SEIXAS, J.M.; ANJOS, A.C. A inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais na Educação Superior com apoio das novas tecnologias. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 2004, Belo Horizonte. **Anais do...** Belo Horizonte: ABIPTI, 2004. p.11.

ROCHA, T.B.; MIRANDA, T.G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009.

Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 5 set. 2010.

ROCKWELL, Etnografia e teoria na pesquisa educacional. *In*: EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986. p.9-30.

RODRIGUES, D. A inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. **Revista de Educação Especial UFSM**, Santa Maria, n. 23, 2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp>>. Acesso em: 5 set. 2010.

SIQUEIRA, I.M.; SANTANA, C.S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n.1, p.127-136, jan./abr. 2010.

SOARES, A.C.S. **A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará**: ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores. 2011. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SONZA, A.P. **Acessibilidade** de deficientes visuais aos ambientes digitais/virtuais. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ZIBETTI, M.L.T. **Os saberes docentes na prática de uma alfabetizadora: um estudo etnográfico**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-363-7

